

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 18 e 19/11

O Plenário do Senado Federal prevê a realização de sessão nesta segunda e terça (18 e 19) e na pauta consta o PLP 175/2024, que dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual; e dá outras providências.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 18 a 19/11

A pauta do Plenário da Câmara não foi divulgada ainda, mas está prevista sessão para esta segunda.

É possível que o Plenário da Câmara dos Deputados retome a análise da PEC 5/2023, que amplia a imunidade tributária para templos de qualquer culto. Os deputados também podem analisar as alterações do Senado à regulamentação do marco legal do mercado de carbono (PL 2148/15). A proposta prevê a redução da alíquotas de tributos sobre a receita de venda dos produtos elaborados com redução das emissões de gases do efeito estufa.

Também estão na pauta as modificações do Senado ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 175/24, que estabelece regras de transparência e rastreabilidade para o pagamento de emendas parlamentares. A votação do projeto no Senado, porém, ainda não foi concluída e deve terminar nesta segunda-feira (18).

Comissão de Constituição e Justiça – 19/11 - 14h30 - Plenário 01

Item 01 - [PLP 215/2019](#), que autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas de Direito Penal e de Direito Processual Penal. O Relator, Coronel Assis (UNIÃO-MT), apresentou [parecer](#) pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Item 05 - [PEC 36/2022](#), que Altera o art. 103-B da Constituição, para modificar a composição do Conselho Nacional de Justiça. A Relatora, Dep. Chris Tonietto (PL-RJ), apresentou [parecer](#) pela admissibilidade da matéria.

Após a reunião acima, é prevista a deliberação da seguinte matéria:

[PL 2144/2015](#), que Acrescenta dispositivos à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 que Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. O relator, Dep. Kim Kataguiri (UNIÃO-SP), apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria.